

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Belo Horizonte, 16 de abril de 2014.

Senhor participante ou assistido:

Em conformidade com a Resolução nº 23 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de 6 de dezembro de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 2, de 31 de março de 2011, e a Instrução PREVIC nº 5, de 1º de novembro de 2013, a Fundação Libertas apresenta o Relatório Anual de Informações 2013 (resumo), que compreende:

- Demonstração do Ativo Líquido do Plano;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano;
- Despesas Administrativas Consolidadas;
- Situação Atuarial do Plano;
- Aprovação das Demonstrações Contábeis;
- Distribuição dos Investimentos por Segmento e Gestão Terceirizada;
- Rentabilidade Bruta e Líquida por Segmento e Principais Índices do Mercado;
- Relatório Resumo da Política de Investimentos 2014.

A entidade esclarece que as informações relativas às alterações de Estatuto e Regulamentos que porventura ocorreram nos últimos 12 meses estão disponíveis em seu site www.fundacaolibertas.com.br.

Nesse mesmo endereç o eletrônico, em atendimento à normatização da PREVIC, poderá ser acessado o resumo das determinações encaminhadas nos trabalhos de fiscalização, bem como as providências adotadas pela entidade. Tal conteúdo está disponível na seção Autoatendimento ( rea privativa do participante ou assistido), visando preservar o sigilo legal de cada plano.

Ressalte-se ainda que o **Relatório de Gestão 2013**, com as principais iniciativas empreendidas pela Funda o Libertas no exercício passado, será disponibilizado em breve no site da entidade. Mais do que uma prestação de contas, em uma linguagem simples e acessível, esse documento cumpre um papel preponderante na comunicação entre instituição, participantes e assistidos, ao disseminar a gestão e o funcionamento de uma entidade fechada de previdência complementar.

Por fim, de acordo com a legislação, a entidade informa que o inteiro teor das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013, consolidadas e segregadas por plano de benefícios, estão igualmente disponíveis em seu site (menu principal: Patrim nio e Finanç s), onde ainda poderão ser encontrados, na íntegra, todos os informativos supracitados, entre outros documentos.

Atenciosamente,

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A situação patrimonial de cada Plano de Benefícios Previdenciais pode ser verificada em sua “Demonstração do Ativo Líquido”. Nesse demonstrativo é possível observar a composição dos Investimentos do Plano; os registros dos valores a receber referente a contribuições normais e contratadas; os registros das obrigações (operacionais e contingencias); a composição dos fundos (previdenciais e não previdenciais); o registro das Provisões Matemáticas e o Resultado do Plano.

Por meio da “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido” é possível observar as alterações ocorridas no patrim nio do Plano, decorrentes das Contribuições Vertidas; do Resultado dos Investimentos; dos Benefícios Pagos; das variações do Exigível Contingencial e do valor destinado ao Custeio Administrativo do plano.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO			
(valores expressos em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2013	2012	Variacão (%)
1. Ativos	42.943	39.127	9,75%
Disponível	16	4	300,00%
Receb�vel	358	295	21,36%
Investimento	42.569	38.828	9,63%
Ações	–	2.378	-100,00%
Fundos de Investimentos	37.616	31.952	17,73%
Investimentos Imobiliários	2.713	2.543	6,69%
Empréstimos	2.240	1.923	16,48%
Outros Realizáveis	–	32	-100,00%
2. Obrigações	3.483	3.911	-10,94%
Operacional	1.731	1.679	3,10%
Contingencial	1.752	2.232	-21,51%
3. Fundos não Previdenciais	199	120	65,83%
Fundos Administrativos	–	1	-100,00%
Fundos de Investimentos	199	119	67,23%
4. Resultados a Realizar	–	–	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	39.261	35.096	11,87%
Provisões Matemáticas	19.780	18.118	9,17%
Superávit (Déficit) Técnico	8.228	6.790	21,18%
Fundos Previdenciais	11.253	10.188	10,45%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO			
(valores expressos em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2013	2012	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	35.096	28.848	21,66%
1. Adições	6.167	7.775	-20,68%
(+) Contribuições	3.279	3.526	-7,01%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.888	4.249	-32,03%
2. Destinações	(2.002)	(1.527)	31,11%
(-) Benefício	(1.708)	(1.247)	36,97%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(9)	–	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(285)	(280)	1,79%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrim�nio Social (1+2)	4.165	6.248	-33,34%
(+ / -) Provisões Matemáticas	1.663	2.236	-25,63%
(+ / -) Fundos Previdenciais	1.064	1.192	-10,74%
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.438	2.820	-49,01%
4. Operações Transitórias	–	–	0,00%
B) Patrimonio social - final do exercício (A+3+4)	39.261	35.096	11,87%
C) Fundos não previdenciais	199	119	67,23%
(+ / -) Fundos Administrativos	–	1	-100,00%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	199	118	68,64%

Na composição patrimonial do Plano de Benefícios Previdenciais - Contas Contábeis de Contribuição de Patrocinadoras - constava débito em aberto, líquidos de eventuais provisões para perda, na ordem de R\$ 21 mil Reais, com referencia a meses anteriores a dezembro de 2013. Esses registros estão sendo regularizados em conformidade com os controles gerenciais da fundação.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CGPC n  8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC n  34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrim nio próprio segregado do plano de benefícios previdencial, em conformidade com regulamento próprio, aprovado pelo

Conselho Deliberativo da Fundação.

A variação patrimonial do PGA observa as receitas administrativas decorrentes das gestões Previdenciais e de Investimentos; as Receitas Diretas; além do reembolso dos planos assistenciais. Registra também as deduções das despesas comuns e

específicas da administração previdencial, assistencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As despesas totais da Fundação são assim distribuídas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - 2013

(valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	GESTÃO ASSISTENCIAL	TOTAL DAS DESPESAS	%
Pessoal e encargos - CONSELHEIROS	228	106	46	380	1,40%
Pessoal e encargos - DIRIGENTES	639	502	225	1.366	5,05%
Pessoal e encargos - PESSOAL PRÓPRIO	6.139	2.625	4.080	12.844	47,44%
Pessoal e encargos - PESSOAL CEDIDO	358	50	103	511	1,89%
Sub Total - Despesas com Pessoal e Encargos	7.364	3.283	4.454	15.101	55,78%
Serviços de terceiros - AUDITORIA ATUARIAL/BENEFÍCIOS	7	-	-	7	0,03%
Serviços de terceiros - AUDITORIA CONTÁBIL	83	51	48	182	0,67%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA ATUARIAL	1.946	-	-	1.946	7,19%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA CONTÁBIL	3	-	-	3	0,01%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA DOS INVESTIMENTOS	-	526	24	550	2,03%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA JURÍDICA	42	7	6	55	0,20%
Serviços de terceiros - GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	-	1	-	1	0,00%
Serviços de terceiros - INFORMÁTICA	689	200	276	1.165	4,30%
Serviços de terceiros - OUTRAS	197	84	592	873	3,22%
Sub Total - Despesas com Serviços de terceiros	2.967	869	946	4.782	17,66%
DESPESAS COM MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	1.368	522	657	2.547	9,41%
Sub Total - Despesas com Manutenção Administrativa	1.368	522	657	2.547	9,41%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	69	20	39	128	0,47%
Sub Total - Despesas com Treinamentos	69	20	39	128	0,47%
VIAGENS E ESTADIAS	67	22	10	99	0,37%
Sub Total - Despesas com Viagens	67	22	10	99	0,37%
OUTRAS DESPESAS	-	-	503	503	1,86%
Sub Total - Outras despesas	-	-	503	503	1,86%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	101	80	55	236	0,87%
Sub Total - Depreciação e Amortização	101	80	55	236	0,87%
Reconhecimento de Contingências - Gestão Previdencial	2.207	-	-	2.207	8,15%
Reconhecimento de Contingências - Gestão de Investimentos	-	737	-	737	2,72%
Reconhecimento de Contingências - Gestão Assistencial	-	-	733	733	2,71%
Sub Total - Reconhecimento de contingências	2.207	737	733	3.677	13,58%
TOTAL GERAL	14.143	5.533	7.397	27.073	100,00%

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS¹

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios 4 - RP4, também denominado de PLANO MGS, administrado e executado pela FUNDAÇÃO LIBERTAS

DE SEGURIDADE SOCIAL e patrocinado pela MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S/A, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com vigência prevista para 01 de abril de 2014.

O PLANO MGS encontra-se em manutenção normal e está

¹Citações extraídas do Parecer Atuarial 019/14, cuja versão completa encontra-se publicada no Relatório Anual no sítio eletrônico da Fundação Libertas: www.fundacaolibertas.com.br

registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB nº 1992.0009-56, sendo todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, posicionada em 30/09/2013, conforme apresentada no Relatório GAMA 43 – RE 024/14, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada por meio do ofício 2.688/SPC/DETEC/CGAT de 06 de agosto de 2007, não tendo sofrido alterações Regulamentares no decorrer do exercício de 2013, além dos dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Fundação, posicionados na data base de 30/09/2013.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer foram atuarialmente reposicionadas para 31/12/2013, utilizando-se a metodologia de recorrência financeira para a apuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e a metodologia de cálculo atuarial para a apuração da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionada na mesma data, sendo as contabilizações efetuadas pela Fundação no balancete contábil de 31/12/2013.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 43 – RE 024/14, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do PLANO MGS posicionada em 30/09/2013, sendo que não houve qualquer alteração dos parâmetros e bases técnicas entre a Avaliação Atuarial de 30/09/2013 e seu reposicionamento para 31/12/2013.

Ressalta-se que, para o PLANO MGS, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “General” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Cabe salientar que foi encaminhada a PREVIC proposta de alteração regulamentar do Plano, protocolada para análise prévia em 29/12/2010, considerando o atendimento das exigências emitidas pela PREVIC, as quais foram apresentadas em 11/10/2011, 27/01/2012 e 26/04/2012, visando dar continuidade à utilização do Fundo Previdencial de Revisão de Plano aos Participantes e Assistidos e à Patrocinadora, constituído e contabilizado com as Reservas Especiais dos exercícios de 2006 a 2008. Referida proposta para o Regulamento, em análise pela PREVIC desde 29/12/2010, aguardando aprovação em decorrência dos processos de fiscalização sobre o Plano realizada pelo próprio órgão regulador, não traz alterações aos Benefícios nele contidos e nem impactos atuariais ao Plano decorrentes das alterações processadas, além daquelas previstas para a destinação e utilização da Reserva Especial.

Adicionalmente e em face da Fundação Libertas não ter informado nenhum fato relevante para este plano, além do processo de alteração regulamentar em análise na PREVIC, em conformidade com a correspondência GAMA 43 CT 505/13 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, e respectivo reposicionamento, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA,

em relação aos planos administrados pela Fundação.

(...)

2.2.2 – VARIAÇÃO DO RESULTADO

As informações acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais de 31/08/2012 e 30/09/2013 constam, de forma pormenorizada, do Relatório GAMA 43 – RE 024/14.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$ 19.780.449,00, reposicionadas atuarial e financeiramente para 31/12/2013, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de R\$ 28.007.788,89, verifica-se que a situação econômico-atuarial do PLANO MGS apresentou Superávit Técnico acumulado de R\$ 8.227.339,90, em 31/12/2013, representando 41,59% do total das Provisões Matemáticas em dezembro de 2013, sendo R\$ 4.945.112,25 destinados à Reserva de Contingência e R\$ 3.282.227,65 destinados à Reserva Especial para Ajuste do Plano.

O Superávit Técnico acumulado do Plano aumentou de R\$ 6.790.234,86 em 31/12/2012 para R\$ 8.227.339,90, em 31/12/2013, representando aumento de 21,16%, ou R\$ 1.437.105,04, o que nos permite inferir que, no exercício de 2013, o Plano apresentou Superávit. Destaca-se que referido Superávit Técnico no exercício foi influenciado, dentre as causas demonstradas no Relatório GAMA 43 RE 024/14, por mudanças da base de dados, pela ação conjunta das alterações das hipóteses atuariais em relação à Avaliação Atuarial de 2012 e pela involução atuarial.

Esclarece-se também que, devido a destinação da Reserva Especial ocorrida entre 2006 e 2008 para o Fundo Previdencial de Revisão de Plano, e dessa forma, considerando que em 2009 foi constatada Reserva Especial para Revisão do Plano, iniciou-se naquele exercício uma nova contagem para fins do disposto no artigo 20 da LC 109/01 e artigo 12 da Resolução MPS/CGPC 26/08, sendo que, no exercício de 2011, devido a inexistência de Reserva Especial, interrompeu-se referida contagem, não sendo obrigatória a adoção dos procedimentos para que se dê a destinação da Reserva Especial do exercício de 2009 para o Fundo Previdencial de Revisão de Plano durante este exercício de 2012.

Ressaltamos, uma vez mais, que se encontra em processo de análise pelo órgão governamental competente, a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, proposta de alteração regulamentar do Regulamento do Plano, no intuito de disciplinar a utilização do Fundo de Revisão do Plano constituído com a Reserva Especial do referido Plano relativa aos exercícios de 2006 a 2008 que, em 31/12/2013, monta em R\$ 6.565.403,00.

2.2.3 – NATUREZA DO RESULTADO

Devido à constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano no exercício de 2012, ficou configurado o início de um novo período de apuração do prazo, conforme estabelecido no artigo 12 da Resolução MPS/CGPC 26/08 e posteriores alterações e artigo 20 da Lei Complementar 109/01, sendo o exercício de 2013 o segundo ano da contagem.

Considerando as variações do resultado apurado para este Plano, o Superávit Técnico apresentado no encerramento do exercício, deve-se supostamente a causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atua-

riais definidas para o Plano e da rentabilidade do seu patrimônio. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, neste momento não se pode atribuir natureza estrutural às causas que determinaram o resultado superavitário.

(...)

2.2.6 – OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 30/09/2012 e reposicionada atuarial e financeiramente para 31/12/2013, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Fundação, através do Balancete Contábil dos referidos meses, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Fundação, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos, bem como consideramos que as Provisões Matemáticas ora avaliadas estão fixadas com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 4,75%.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Fundação atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 43 – PA 038/14. A Patrocinadora não possui valores contratados com a Fundação, referente à cobertura de compromissos assumidos com os benefícios do Plano.

3) Conforme Balancete Contábil do Plano de 31/12/2013, disponibilizado pela Fundação Libertas, o Plano não registrou Fundo Administrativo no período. O Fundo de Investimentos do Plano montava em R\$ 199.308,52, cuja determinação é de responsabilidade da Fundação Libertas, com a respectiva cobertura patrimonial. Os Fundos Previdenciais em 31/12/2013 montavam em R\$ 11.253.393,00, com a respectiva cobertura patrimonial.

4) No que diz respeito aos Fundos Previdenciais, o valor acima mencionado subdivide-se em: i) REVISÃO DO PLANO, que montava, em 31/12/2013, a quantia de R\$ 6.565.403,00, subdividido entre Patrocinadora, de um lado, e Participantes e Assistidos de outro, o qual teve como origem de recursos a Reserva Especial para Revisão de Plano constituída nos exercícios de 2006 e 2008, na forma prevista na legislação vigente, sendo destinado à utilização pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora e, para tal, aguardando autorização governamental; e ii) FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO, registrado em Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial, que montava, em 31/12/2013, em R\$ 4.687.990,00, e teve como origem de re-

ursos na data da avaliação atuarial anual de 2009, pela asunção do saldo existente na forma contabilizada, sendo destinado a fazer frente a eventuais oscilações de risco do Plano.

5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2013, comparativamente às adotadas para o exercício de 2012, destaca-se as alterações relativas ao Crescimento Real dos Salários, considerando a aplicação da taxa de 0,62% a.a., em substituição à taxa de 0,59% a.a., à Rotatividade considerando a aplicação da taxa de 12,27% a.a., em substituição à taxa de 13,82% a.a., à inflação de 5,00%, em substituição à taxa de 4,49%, ao Fator de Capacidade de 0,9782, em substituição ao Fator de 0,9803, à taxa de juros de 4,75% a.a. em substituição à taxa de 5,00% a.a., à taxa de carregamento administrativo que em 2012 era de 9% e passou a ser nula em 2013, à taxa de administração de 0,930%, em substituição à taxa de 1,285%, à Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 M (AGRAVADA EM 100%), em substituição à tábua RP-2000 DISABLE, segregada por sexo, e à tábua de Entrada em Auxílio Doença GAMA/EXP. MGS 2013, em substituição à tábua GAMA/EXP. MGS 2008 - (D50%).

6) A rentabilidade Patrimonial do Plano MGS, auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2013, foi de 9,292%, como informado pela Fundação Libertas, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em 10,841% (INPC mais taxa de juros de 5,00% de janeiro à dezembro de 2013), resultando em perda atuarial ao Plano de 1,397% da rentabilidade patrimonial do exercício. Com relação à rentabilidade do período de agosto de 2012 a setembro de 2013 (entre as datas bases das Avaliações Atuariais dos exercícios de 2012 e 2013, respectivamente), encontra-se descrita no Relatório GAMA 43 RE 024/14.

(...)

4 – CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do PLANO MGS, em 31/12/2013, encontra-se Superavitária, conforme comprovada pela existência de Superávit Técnico acumulado de R\$ 8.227.339,90, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, considerando a inexistência de Provisões Matemáticas a Constituir, sendo R\$ 4.945.112,25 destinados para a Reserva de Contingência e o restante destinado à constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano, no montante de R\$ 3.282.227,65, considerando que, da Reserva Especial acumulada ora apresentada, R\$ 2.260.955,91 referem-se ao exercício de 2012, e o restante, de R\$ 1.021.271,74 referem-se ao exercício de 2013."

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses e premissas atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2013 foram elaboradas pela Fundação, com a concordância da Patrocinadora para aquelas que lhe é pertinente, subsidiadas pelos trabalhos técnicos atuariais que envolvem a aplicação dos tes-

tes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela GAMA Consultores Associados², conforme os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 09, de 29/11/2012.

²Empresa de consultoria atuarial responsável técnica pelo Plano.

DESCRIÇÃO	HIPÓTESE EMPREGADA
REGIMES E MÉTODOS¹	
Regime Financeiro	Capitalização para os Benefícios Programados e de Benefício de Risco.
Método Atuarial	Agregado para os Benefícios Programados e de Benefícios de Risco, exceto Pecúlio por Morte reversível em pensão, qual seja Prêmio Nivelado Individual.
BASES POPULACIONAIS	
Rotatividade	Tábua GAMA/ROT - EXPERIÊNCIA MGS 2009 (D20%) ⁽²⁾ (Taxa média de 12,27% ao ano até a idade da aposentadoria e nula após essa idade)
Custo de Pensão	Não aplicável
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,75% a.a. ⁽³⁾
Projeção do Crescimento Real Anual do Salário	0,62% a.a. ⁽⁴⁾
Fator de Capacidade	0,9782 ⁽⁵⁾
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Tábua de Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT - 2000 M&F (suavizada em 10%) ⁽⁶⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT - 49 M Agravada em 100% ⁽⁷⁾
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FORTE ⁽⁸⁾
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	GAMA/AXD - EXPERIÊNCIA MGS 2013 ⁽⁹⁾

1 - Os testes demonstraram que o Montante das Provisões Matemáticas, calculado pelo Método Crédito Unitário (UC), foi inferior ao apurado pela Avaliação Atuarial Anual do Plano, verificando-se assim, que o Regime Financeiro e o Método Atuarial atendem a legislação vigente.

2 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua GAMA/ROT- EXPERIÊNCIA MGS 2009 (D20%).

3 - A Taxa Real de Juros foi definida de acordo com estudos prospectivos, observando as projeções, cenários econômicos e limites dispostos na Resolução CGPC 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC 09/2012 e na Resolução MPS/CGPC 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC 10/12, já líquida de inflação e despesa administrativa incidente sobre o patrimônio, se for o caso, sendo que a referida taxa de juros, converge com a taxa esperada de retorno real dos recursos garantidores.

4 - A taxa de crescimento real de salários foi atestada pela patrocinadora com base nos testes, observando-se os critérios prospectivos da sua política de recursos humanos quanto às progressões e tabelas salariais.

5 - No teste foi utilizado como índice projetado de inflação a taxa de 5,00% a.a., obtida através da ponderação das taxas de inflação de médio e longo prazos.

6 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua AT - 2000 M&F (suavizada em 10%).

7 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a tábua AT-49 M Agravada em 100%.

8 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua LIGHT FORTE.

9 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua GAMA/AXD - EXPERIÊNCIA MGS

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis, consolidados nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, foram submetidos à apreciação da auditoria independente Baker Tilly Brasil, que emitiu parecer com a seguinte opinião:

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL e individual por Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas

operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.”

Nesse parecer, os auditores incluíram 4 parágrafos de ênfase, os quais, a Fundação registra sua opinião em sequência:

As ênfases apontadas pela auditoria independente, também constam como parágrafo de ênfase no relatório do Conselho Fiscal.

Não obstante, as Demonstrações Contábeis, Notas Explica-

tivas, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada no dia 25 de março de 2014.

Tais documentos encontram-se disponíveis no site da Fundação.

Ênfases 1

“Conforme descrito na Nota Explicativa no 4.3.9, em 31 de dezembro de 2013, a Fundação mantém reconhecido, decorrente da decisão judicial transitada em julgado, um crédito de R\$ 47.952 mil a receber da União relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras do plano previdencial da extinta patrocinadora MinasCaixa. O referido valor encontra-se pendente de confirmação pela União, que poderá recorrer da sentença judicial visando à revisão dos cálculos. No momento, é incerta a definição do valor a receber, o qual está reconhecido com base em estimativa feita pelos assessores jurídicos no ano de 2007 e que não vem sendo atualizada por ser do entendimento da Fundação que a atualização da contingência ativa para valores superiores aos já registrados, não seria prudente. O valor atual da causa conforme posicionamento dos advogados responsáveis é de R\$ 49.328 mil. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.”

A Fundação Libertas aguarda o ressarcimento do Imposto de Renda recolhido no período compreendido entre maio de 1984 a dezembro de 1993. O direito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, definitiva e irrevogável. Essa decisão assegura restituição do imposto pago indevidamente, assegurada a complementação e atualização monetária de acordo com o andamento do processo.

A provisão contábil foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Plano MINASCAIXA no mês de dezembro de 2001. O referido direito está atribuído integralmente ao Plano da extinta MINASCAIXA, em virtude da temporalidade do litígio estar datada em período anterior a 1991, época em que era o único plano existente na Fundação.

Em dezembro de 2007, baseado em relatório elaborado pelo advogado que patrocina a causa, a entidade procedeu ao ajuste da provisão de recebimento, passando de R\$ 56.782 mil para atuais R\$ 47.952 mil.

A avaliação da decisão do STJ aponta no sentido de que a apreciação dos itens abordados em embargos de declaração não produzirá alteração significativa no valor exequendo, pois que a principal divergência sobre os cálculos, a incidência de índices de expurgo inflacionário, já foi superada em favor das entidades exequentes, e reafirmou o valor da estimativa.

Ênfases 2

“Conforme descrito na Nota Explicativa no 4.8.3.3, a Fundação foi autuada em duas ocasiões pela Secretaria da Receita Federal para efetuar o pagamento de imposto de renda incidente sobre as aplicações financeiras. Com relação à primeira autuação, a qual compreendeu os exercícios de 1995 a 1998, o valor foi pago em dezembro de 2013, aproveitando os benefícios concedidos pelo REFIS (Lei nº 12.865/2013), resultando num desembolso efetivo de R\$ 32.512 mil. A época deste pagamento, o valor provisionado pela contabilidade para esta contingência era de R\$ 71.564 (R\$ 67.576 em

31/12/2012). A diferença entre o valor provisionado e o valor pago, considerando também as custas dos advogados, foi realocado para a provisão do processo que abrange o período 2000 a 2004, cujo prognóstico de perda é possível. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação do advogado desta causa a respeito de alteração do prognóstico de possível para provável, com aumento do valor da causa, para justificar o registro complementar da provisão de tal processo, no valor de R\$ 38.977 mil, conforme Resolução Nº 1.180/99 do Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.”

Ênfases 3

“Com relação à segunda autuação, mencionada no parágrafo anterior, a qual abrange o período de junho de 2000 a dezembro de 2004, esta foi impugnada na esfera administrativa. O valor atualizado da ação, conforme parecer dos advogados responsáveis é de R\$ 245.681 mil relativos ao período de junho de 2000 a dezembro de 2004 (31/12/2012 – R\$ 236.916), e ainda conforme o entendimento destes advogados, o prognóstico de perda da ação é possível. A Fundação mantém na data base auditada, provisão de R\$ 96.534, referente a este processo. No momento, é incerto conhecer o desfecho destes assuntos ou a necessidade ou não de complementar a provisão para pagamento de autuações, tendo em vista a falta de decisões dos Tribunais superiores, até o presente momento, em processo desta natureza, e também pelo fato de a Fundação, para o caso que está sendo discutido judicialmente, ter tido a segurança denegada obrigando o pagamento da autuação. Complementarmente, existem decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região contrária ao pleito da Fundação. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação do advogado desta causa a respeito de alteração do prognóstico de possível para provável, para justificar o registro da provisão de tal processo, conforme definido na Resolução Nº 1.180/99 do Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.”

Em 27 de setembro de 2000 a FUNDAÇÃO LIBERTAS foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 1995 a 1998, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor corrigido de R\$ 63.212 mil.

Em 29 de junho de 2005, a FUNDAÇÃO LIBERTAS recebeu nova autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 2000 a 2004, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente no valor de R\$ 138.972 mil (R\$ 245.681 mil em dezembro de 2013).

No exercício social de 2010, em virtude da probabilidade de perda “provável” apontada pelo consultor jurídico que acompanha o processo de Imposto de Renda Retido na Fonte no período de 1995 a 1998, ratificada pela assessoria jurídica interna da Entidade e pela Diretoria Executiva, ocorreu o provisionamento da totalidade do valor em risco.

Para o auto de infração relativo aos exercícios sociais com-

preendidos entre os anos de 2000 a 2004, permaneceu o provisionamento parcial. A provisão foi efetuada de forma conservadora pela Entidade, tendo em vista a possibilidade de perda apontada pelos consultores jurídicos externos como “possível”.

Em dezembro de 2013, considerando a aprovação da lei 12.865/2013 que reabriu o prazo para adesão ao Parcelamento Ordinário de Débitos Tributários (REFIS), disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, a Fundação Libertas, com base nos pareceres dos advogados que patrocinam a causa, optou pela adesão ao REFIS somente em relação aos débitos alusivos ao Imposto de Renda no período de 1995 a 1998. Desta forma, em 12 de dezembro de 2013, foi pago DARF no valor de R\$ 32.512 mil.

Como a contingência contabilizada até Novembro de 2013, em relação ao Imposto de Renda no período de 1995 a 1998, montava R\$ 71.564 mil, o excedente (R\$ 39.052 mil) foi destinado à: a) Quitação dos honorários dos advogados que acompanhavam a causa: R\$ 289 mil; b) Complementação do provisionamento do débito do Imposto de Renda do período de 2000 a 2004 (Nos termos do parecer dos Advogados da Fundação): R\$ 38.763 mil.

Por consequência, os registros contábeis relacionados a contingência de Imposto de Renda do período de 2000 a 2004 montam R\$ 96.534 mil, em 31 de dezembro de 2013.

Ênfases 4

“A Fundação recebeu os Ofícios nºs 5.565 de 03 de dezembro de 2013 e 5.680 de 09 de dezembro de 2013 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”), de Monitoramento dos Investimentos, apontando desenquadramento dos investimentos do plano COPASA RP1 com relação aos requisitos da Resolução Nº 3.792, do Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garanti-

dores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. A situação apontada decorre, exclusivamente, das contingências relacionadas aos investimentos, as quais são consideradas como excludentes no cálculo dos recursos garantidores, sendo estes a base para cálculo do enquadramento, conforme norma citada anteriormente. A Fundação respondeu a tais ofícios, solicitando avaliação do conceito de apuração de “Recursos Garantidores” para entidades que detêm “exigível contingencial” relacionado ao investimento. Em 31 de dezembro de 2013, os planos previdenciários CDI, COMIG BD, e IMA apresentavam o mesmo quadro apontado no plano COPASA RP1. Até que a diretoria da PREVIC se posicione de forma favorável ao entendimento da Fundação a respeito do cálculo do enquadramento dos investimentos, a Fundação encontra-se em situação passível de penalidade pelo órgão regulamentador. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.”

A situação apontada pelos auditores reflete uma imperfeição da legislação que rege as atividades relacionadas à Previdência Complementar.

Tal imperfeição ocorre, a partir da indicação do cálculo a ser feito para enquadramento (Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792/2009), qual seja: Total do Investimento dividido pelos Recursos Garantidores totais, sendo esse último composto pelo somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades. Logo, caso os planos possuam elevadas exigibilidades, o cálculo de enquadramento fica distorcido.

Considerando que o desenquadramento apontado é inerente a Forma de apuração, e que em essência a entidade está enquadrada em relação aos investimentos realizados, a Fundação Libertas aguarda posicionamento da PREVIC sobre tal situação.

INVESTIMENTOS

VALORES DE MERCADO DOS INVESTIMENTOS – R\$ (MIL)

Discriminação dos Investimentos	Plano dez/2013	%Aplicação	%Política de Investimentos	PGA dez/2013	%Aplicação	Entidade dez/2013	%Aplicação	Limite Res. 3792
Recursos garantidores das reservas técnicas	40.732	100,00%	100,00%	9.157	100,00%	2.207.312	100,00%	–
Disponível	16	0,04%		70	0,76%		0,00%	–
Renda Fixa	32.411	79,57%	100,00%	9.087	99,24%	1.634.740	74,06%	100%
Gestão Própria	–	0,00%			0,00%	175.782	7,96%	
Gestão Terceirizada	32.411	79,57%		9.087	99,24%	1.458.958	66,10%	
Renda Variável (Gestão Terceirizada)	3.537	8,68%	23,50%	–	0,00%	292.901	13,27%	70%
Invest. Estruturados (Gestão Terceirizada)	1.668	4,10%	15,00%	–	0,00%	85.850	3,89%	20%
Imóveis (Gestão Própria)	2.622	6,44%	8,00%	–	0,00%	148.431	6,72%	8%
Emprést./Financiamentos (Gestão Própria)	2.240	5,50%	15,00%	–	0,00%	45.390	2,06%	15%
Valores a Pagar e a Receber	(19)	–0,05%		–	0,00%			
Exigível Contingencial/Investimentos	(1.743)	–4,28%		–	0,00%			
Gestão Própria	4.859	11,44%		70	0,76%	369.603	16,74%	
Gestão Terceirizada	37.616	88,56%		9.087	99,24%	1.837.709	83,26%	

Nota: na coluna “% Política de Investimentos” constam os limites superiores estabelecidos para cada segmento de aplicação.

O quadro acima demonstra a atual distribuição dos recursos do Plano MGS entre os segmentos de aplicação permitidos pela legislação vigente. Também são apresentadas a alocação do Plano de Gestão Administrativa, assim como a consolidada de todos os planos de benefícios administrados, para que seja possível ao participante comparar a situação de seu plano com a posição geral da entidade.

Como pode ser observado, os investimentos estão em acordo com os limites estabelecidos na política de investimentos do plano, que é elaborada levando em conta suas especificidades, como características da massa de participantes (idade, tempo para aposentadoria), necessidade de liquidez, nível de risco aceitável para os investimentos, entre outros.

APRESENTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DEMONSTRATIVO DOS MANDATOS

Segmento	Nome do fundo	Tipo	Gestor	Benchmark	Taxa de administração	Taxa de Performance
Renda Fixa	FI RF FAROL ALM I	Exclusivo	Bradesco	INPC +6,00% a.a.	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FI RF FAROL ALM II	Exclusivo	Itaú	IMA-B	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	SANTANDER FI RF FAROL	Exclusivo	Santander	CDI	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FIDC BMG VIII SR S2	Fechado	Integral	IPCA+8,50% a.a.	0,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FIRF MODAL GAIA CRI	Fechado	Modal	IPCA+6,50% a.a.	0,60% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	SULAMERICA FIC DE FIA LIBERTAS	Exclusivo	Sul América	IBOVESPA Ativo	0,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	B FIA DIVIDENDOS	Aberto	Bradesco	IDIV Ativo	1,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG ABS INS FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	GAVEA AÇÕES FIC FIA	Aberto	Gávea	IBrX- 100 Ativo	1,96% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	GUEPA INST 60 FIC FIA	Aberto	Guepardo	IBOVESPA Ativo	2,05% a.a.	20% s/o que exceder o IBOVESPA
Renda Variável	JGP INST FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG PAC DIV FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	IDIV Ativo	2,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	POLLUX INS I FIC FIA	Aberto	Pollux	IBrX- 100 Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	SUL AMER TOT RET FIA	Aberto	Sul América	IBrX-50 Ativo	1,50% a.a.	20% s/o que excedera IBrX-50
Renda Variável	SUL EXPERTISE II FIA	Fechado	Sul América	IVBX-2 Ativo	1,50% a.a.	10% s/o que exceder o IVBX-2
Renda Variável	FRANK TEMPLEN VL FIA	Aberto	Franklin Templeton	IBOVESPA Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBOVESPA
Renda Variável	FIC FIA LIBERTAS I	Exclusivo	HSBC	IBOVESPA Ativo	0,16% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BNY MELLON ARX FIA	Aberto	Mellon	Ações Livre	4,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG ABS INS FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	FRANKLIN T IBX FIA	Aberto	Franklin Templeton	IBrX Ativo	2,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	GAVEA AÇÕES FIC FIA	Aberto	Gávea	IBrX- 100 Ativo	1,96% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	HSBC FIA IBOV GESTÃO	Aberto	HSBC	IBOVESPA	0,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	JGP EXPLORER INS FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	JGP INST FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG PAC DIV FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	IDIV	2,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	POLLUX INS I FIC FIA	Aberto	Pollux	IBrX- 100 Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	SQUADRA INST FIA	Aberto	Squadra	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	FIA SULAMERICA EXPERTISE ATIVOS	Fechado	Sul América	IVBX-2 Ativo	1,50% a.a.	10% s/o que exceder o IVBX-2
Invest. Estruturados	FIP COLISEU	Fechado	Modal	IPCA+7,00% a.a.	0,18% a.a.	Não Aplicável
Invest. Estruturados	FIEE EMPREENDEDOR BRASIL	Fechado	BRZ	IPCA+9,50% a.a.	1,90% a.a.	20% s/o que exceder IPCA +9,5% a.a.
Invest. Estruturados	FIP KINEA PRIV EQ II	Fechado	KINEA	IPCA+10,00% a.a.	1,50% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FIP LACAN FLORESTAL	Fechado	Lacan	IPCA+ 10,00% a.a.	1,00% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+ 10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FIP DLM BRASIL TI	Fechado	DLM	IPCA + 10,00% a.a.	1,80% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FICFIP BTG INFRA II	Fechado	BTG Pactual	IPCA+8,00% a.a.	2,00% a.a.	20% s/o que exceder IPCA +8,0% a.a.

Na Tabela Apresentação dos Fundos de Investimentos – Demonstrativo dos Mandatos estão relacionados os fundos de investimentos dos quais a Fundação LIBERTAS é cotista. A distribuição das cotas, dentre os vários planos que administra, varia de acordo com as características de cada um, conforme mencionado anteriormente.

O quadro também exibe informações relacionadas ao mandato/benchmark (objetivo de rentabilidade do Fundo), taxas de ad-

ministração, taxa de performance (remuneração cobrada sobre a rentabilidade que superou o benchmark - índice de referência do fundo), entre outras.

Com base nessas informações a entidade objetiva apresentar, de forma transparente, os gestores selecionados para alocação dos recursos, explicitando a diversificação em diferentes estratégias de gestão, que tem como principal objetivo a minimização de riscos e atribuição de valor no curto, médio e longo prazo.

RENTABILIDADE X BENCHMARK – 2013

Segmentos	Benchmark		Rentabilidade bruta	Rentabilidade líquida	Rentabilidade PGA
	Referência	Variação%			
Renda Fixa	INPC+5,5% a.a.	11,37%	10,98%	9,18%	5,76%
Renda Variável	IBOVESPA	-15,51%	-2,02%	-3,61%	
Investimentos Estruturados	INPC+5,75% a.a	11,63%	-6,57%	-8,10%	
Carteira Imobiliária	INPC	5,56%	11,98%	10,15%	
Empréstimos aos Participantes	INPC+8% a.a.	14,01%	14,45%	12,59%	
Meta Atuarial*	-	10,71%	-	-	
Carteira do Plano	-	7,51%	9,29%	7,51%	5,76%

* Meta Atuarial foi INPC + 5,0% ao ano

O quadro de rentabilidade apresenta os resultados obtidos pelo plano no ano de 2013, inclusive de forma segregada por segmento. Além disso, permite que os resultados sejam comparados com os respectivos índices de referência estabelecidos. Simultaneamente, são apresentados os resultados obtidos pelo PGA, além dos retornos brutos e líquidos dos investimentos do plano.

Considerando que a gestão do plano é realizada com foco na formação de reserva no longo prazo, com objetivo de garantir o pagamento dos benefícios aos participantes após o término da vida laborativa, é importante que o monitoramento dos resultados seja feito levando em conta tal premissa. Esse entendi-

mento é de extrema importância por parte dos participantes, para que consigam conviver com as oscilações que os riscos dos investimentos provocam na cota do plano. Como os investimentos são feitos com foco no longo prazo, possuem maior risco e, portanto, maior expectativa de retorno. A proteção que a entidade busca para que os objetivos sejam alcançados é a diversificação, ou seja, a aplicação em ativos de diversas naturezas, tipos e níveis de riscos. Nesse sentido, estão apresentados o desempenho de alguns dos principais índices de mercado, em janelas de tempo de 12, 24, 36 e 48 meses, para que seja possível avaliar o valor agregado pelo risco dos investimentos no longo prazo.

PRINCIPAIS ÍNDICES DE MERCADO

Segmentos	Índice	Últimos 12 meses	Últimos 24 meses	Últimos 36 meses	Últimos 48 meses
Plano	Cota	7,51%	25,53%	40,01%	
Renda Fixa	CDI	8,06%	17,14%	30,72%	43,47%
Renda Fixa	SELIC	8,22%	17,41%	31,06%	43,87%
Renda Fixa	IMA-B	-10,02%	13,99%	31,21%	53,57%
Renda Variável	IBOVESPA	-15,50%	-9,25%	-25,68%	-24,90%
Renda Variável	IBrX	-3,13%	8,06%	-4,25%	-1,74%
Renda Variável	SMLL	-15,22%	9,08%	-9,03%	11,69%
Renda Variável	IVBX-2	5,22%	27,12%	21,14%	26,44%

Enfim, resultados ruins, se realizados no curto prazo, podem prejudicar os resultados no futuro. Movimentos bruscos, como a venda de ativos pelo simples fato de terem apresentado retornos ruins no curto prazo, sem a observância de fundamentos técnicos que o justifiquem, pode prejudicar de forma relevante os participantes. Por isso, a Fundação Libertas monitora diariamente o mercado, avaliando as oportunidades e analisando os fundamentos para compor as carteiras dos planos da forma mais aderente possível à necessidade de cada um.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

Segmentos	Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	66,49%	50,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	11,01%	0,00%	25,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	6,80%	0,00%	10,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	3,00%	10,00%
Carteira de Imóveis	8,00%	0,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos aos participantes	7,70%	0,00%	15,00%	15,00%

Para o ano de 2014, a política de investimentos preparada pela Diretoria Executiva da entidade, e aprovada pelo Conselho Deliberativo, aponta os limites de aplicação como parâmetros a serem observados. Cabe lembrar que os limites são estabelecidos com base em estudos e premissas que são validados com as características e particularidades de cada plano, sempre com foco no fluxo de pagamento de benefícios.

Finalmente, no quadro a seguir consta um resumo das informações relacionadas à política de investimentos para 2014.

RELATÓRIO RESUMO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2014

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de referência: 01/2014 a 12/2014

Indexador: INPC – Taxa de Juros: 5,00%

Documentação / Responsáveis:

Nº da Ata de Aprovação: 275

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 19/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome: Edson José Vidigal Paolucci

Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

Controle de Riscos: Risco de Mercado; Risco de Liquidez; de Contraparte; Legal; Operacional; Outros.

INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO LIBERTAS

1) Os planos de benefícios de previdência complementar têm por base a acumulação de recursos provenientes da contribuição dos participantes e das empresas patrocinadoras. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro e, para tais investimentos, há regras estabelecidas por órgãos governamentais, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (responsável pela fiscalização dos fundos de pensão) e o Conselho Monetário Nacional, entre outros. Em resumo, o montante acumulado por cada plano servirá para o pagamento dos benefícios previstos em seu regulamento. Enfim, há, sim, uma total dependência entre previdência complementar e mercado financeiro, cujas oscilações afetam diretamente os planos de benefícios.

2) Outro ponto importante a destacar é o caráter de longo prazo dos investimentos dos fundos de pensão, cujos resultados devem ser avaliados ao longo dos anos. Essa característica é a base da Previdência Complementar, que está, naturalmente, ligada às oscilações do mercado financeiro. Por esse motivo, sempre é bom verificar o desempenho de um plano de benefícios levando em conta períodos acumulados, para que seja possível avaliar de forma eficiente a gestão de investimentos.

3) A situação de 2013 reflete um período de instabilidade dos mercados, tanto doméstico como mundial. O que gostaríamos de ressaltar é que, embora os resultados mais recentes dos investimentos (e seus impactos no valor da cota mensal do seu plano de benefícios) não tenham sido satisfatórios, foi

justamente o histórico positivo da gestão de recursos da Fundação Libertas que impede o agravamento da situação de momento. Trata-se, sim, de um período de instabilidade momentânea dos mercados.

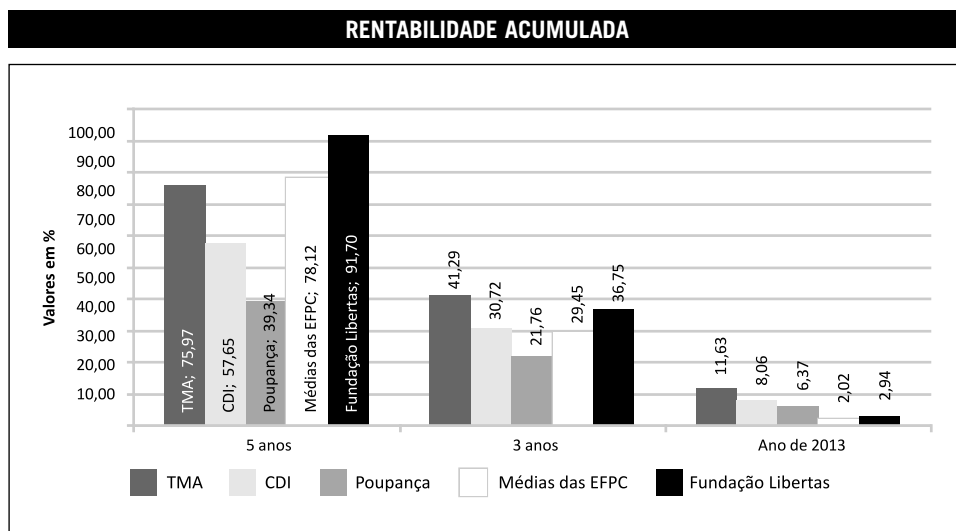
4) Sempre quando comentamos sobre as expectativas de investimentos de um plano de aposentadoria, focamos na razão da existência de um plano em uma entidade fechada de previdência complementar, que em hipótese alguma pode ser confundido com investimentos de curto prazo ou formação de poupança associada a consumo. Trata-se de constituição de poupança para aferição de renda suplementar futura.

5) Nesse contexto, além dos riscos envolvidos nas aplicações financeiras que em determinados momentos apresentam grandes oscilações nos preços dos ativos (volatilidade/ risco de mercado), temos que destacar outra grande preocupação, esquecida em alguns momentos pelos participantes - A INFLAÇÃO. Ao realizar os investimentos, com o foco na manutenção de renda futura, o gestor de um fundo de pensão realiza aplicações em ativos que buscam proteger no longo prazo esse participante de choques inflacionários.

6) Sabemos que esse assunto carece de maior espaço para compreensão, mas chamamos à reflexão a necessidade individual de avaliar as aplicações não apenas pela variação inicial dos seus ativos. Muitos procuram proteger o seu patrimônio em aplicações financeiras de curto prazo, inclusive em cadernets de poupança. Nesse caso, ao avaliar o seu investi-

mento pela ótica do poder de compra, é bem provável que os retornos dos investimentos sejam insuficientes até para suprir a inflação no período.

7) No gráfico a seguir, você tem uma comparação da rentabilidade total dos investimentos da FUNDAÇÃO LIBERTAS com alguns indexadores de mercado e com a média da rentabilidade dos Fundos de Pensão, acumulados para períodos de 5 anos, 3 anos e no ano de 2013.



(1) TMA = Taxa Máxima Atuarial: INPC + 6%aa até 2012; e INPC + 5,75%aa em 2013 (parâmetro utilizado para o retorno dos investimentos de um plano de benefícios na modalidade BD).

(2) CDI = Certificado de Depósito Interbancário.

(3) Poupança = Caderneta de Poupança (TR + 6% aa).

(4) EFPCs = Entidades Fechadas de Previdência Complementar (desempenho médio calculado pela PREVIC).

(5) FUNDAÇÃO LIBERTAS = Rentabilidade consolidada de todos os planos administrados pela Fundação.